

Declaração de Oleiros

Memorando de entendimento quanto à constituição de
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial

Na, Sertã, aos 4 dias do mês de setembro de 2025,

COMPARECEM

De um lado, o Senhor Miguel Ángel Morales Sánchez, Presidente da Diputación Provincial de Cáceres, em representação desta instituição em conformidade com o artigo 34.1 da Lei 7/1985 de 2 de abril, Reguladora de las Bases del Régimen Local, e agindo expressamente autorizado a assinar a presente Declaração pelo acordo plenário de 31 de julho de 2025.

E, do outro lado, o Senhor João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente do Conselho Intermunicipal da Beira Baixa, em representação da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em conformidade com o artigo 92.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, e com poderes para o ato de acordo com a deliberação do Conselho de 14 de agosto de 2025.

E, conseqüentemente, reconhecendo-se mútua e reciprocamente, plena legitimidade, capacidade e representação adequada para este ato,

DECLARAM

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e a Diputación Provincial de Cáceres, na sequência da reunião de trabalho mantida nos Paços do Concelho de Oleiros, no dia oito de julho de 2025, expressam o seu entendimento relativo à constituição de um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial nos termos da presente declaração.

1. A criação de um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) visa facilitar e promover a cooperação territorial entre entidades de diferentes Estados-Membros da União Europeia, com o objetivo de reforçar a coesão e impulsionar o desenvolvimento económico, social e territorial das regiões envolvidas.
2. A constituição de um AECT permite:
 - a. Promover a coesão territorial, contribuindo para o desenvolvimento equilibrado das regiões, reduzindo as disparidades económicas e sociais entre elas;
 - b. Facilitar a cooperação, enquanto entidade jurídica única, simplificando a gestão de projetos e a execução de atividades conjuntas, tornando a cooperação mais eficiente;

- c. Ultrapassar barreiras administrativas e legais que dificultam a cooperação transfronteiriça, como as diferenças de legislação entre os dois países;
 - d. Aproveitar as sinergias entre as entidades participantes, com a combinação de recursos, conhecimentos e experiência, que resultem em projetos mais ambiciosos e eficazes, designadamente os financiados pela União Europeia, destinados à cooperação territorial.
3. As NUT III Beira Baixa, Portugal, e Província de Cáceres, Espanha, constituem um espaço euro regional com mais de 25.000 km² de área e cerca de 500 mil habitantes, localizado estrategicamente entre as duas grandes áreas metropolitanas da Península Ibérica (Madrid e Lisboa).
4. Com o propósito de configurar um espaço euro regional mais integrado e atrativo, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e a Diputación Provincial de Cáceres acordam em desenvolver as diligências necessárias à constituição de um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, com os seguintes atributos:

4.1. Enquadramento legal

O AECT será constituído ao abrigo e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2015, de 22 de abril, e em conformidade com o Real Decreto n.º 23/2015, de 23 de janeiro, os quais adotaram as medidas necessárias para garantir a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho, modificado pelo Regulamento (UE) n.º 1302/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013.

4.2. Denominação oficial

O AECT adotará a seguinte designação: **Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres-Beira Baixa** (AECT CCBB).

4.3. Membros e território

Membros: Diputación Provincial de Cáceres e Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Área territorial: NUT III Província de Cáceres, Espanha, e Beira Baixa, Portugal.

4.4. Objetivos

- Reforçar a cultura de cooperação transfronteiriça, facilitar e promover as relações entre os membros do AECT, no intuito fortalecer a coesão económica, social e institucional da Euroregião, contribuindo para a transformação dos territórios de fronteira em novos espaços de desenvolvimento, mais integrados e atrativos;
- Pugnar pela melhoria das acessibilidades, rodoviárias e ferroviárias, e dos serviços de transportes públicos que servem a Euroregião;

- Valorizar e promover a competitividade do tecido empresarial da Euroregião, através do conhecimento e da inovação;
- Promover a fixação de população e a geração de sinergias para atrair novos habitantes;
- Promover o território, os patrimónios cultural e natural, e valorizar os recursos endógenos, em iniciativas conjuntas nos mercados exteriores;
- Fazer uso de instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional, financiados pelos dois Estados e pela União Europeia.

4.5. Áreas de cooperação

O AECT atuará nos domínios tradicionais de cooperação – meio ambiente, energia, proteção civil, desenvolvimento económico, turismo e cultura – com especial atenção e prioridade às questões da mobilidade e infraestruturas (Autovía autonómica EX-A1 - IC31 - IC8), e do património natural comum – a Reserva da Biosfera Transfronteiriça e o Parque Internacional Tejo-Tajo.

4.6. Sede, estrutura orgânica, funcionamento e financiamento

Sede estatutária: na Beira Baixa, em local a designar.

O AECT será dotado de um órgão deliberativo, de um órgão executivo singular, de um órgão paritário de coordenação, e de um órgão de fiscalização, nos termos a estabelecer nos Estatutos.

O AECT disporá de um secretariado técnico e de serviços, nos termos a estabelecer nos Estatutos e do regulamento interno de organização e funcionamento.

O financiamento do AECT será assegurado, solidariamente, pelos seus Membros, nomeadamente por dotações, contribuições e subsídios, bem como por cofinanciamentos nacionais e europeus, ou de outras origens.

5. A partes concordam em concretizar o presente memorando de entendimento com a subsequente preparação do convénio de cooperação, dos complementares estatutos e da posterior escritura de constituição, que serão objeto de deliberação pelos órgãos competentes.
- 6.

Pela Comunidade Intermunicipal da Beira
Baixa,

Pela Diputación Provincial de Cáceres,

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo
Presidente do Conselho Intermunicipal

Miguel Ángel Morales Sánchez
Presidente

Declaración de Oleiros

Memorando de Entendimiento sobre la creación de
Agrupación Europea de Cooperación Territorial

En Sertã, a 4 de septiembre de 2025,

INTERVIENEN

De una parte, D. Miguel Ángel Morales Sánchez, Presidente de la Diputación Provincial de Cáceres, en la representación que ostenta de esta institución en virtud de lo dispuesto en el artículo 34.1 de la Ley 7/1985 de 2 de abril, Reguladora de las Bases del Régimen Local y actuando especialmente autorizado para la firma de la presente Declaración por el acuerdo plenario de fecha 31 de julio de 2025.

Y de otra parte, D. João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente del Conselho Intermunicipal da Beira Baixa, en representación de la Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, que ostenta en virtud de lo dispuesto en el artículo 92 de la Ley 75/2013, de 12 de septiembre, en su redacción vigente, y con poderes para actuar de acuerdo con la decisión del Conselho, de 14 de agosto de 2025.

Y, en consecuencia, reconociéndose mutua y recíprocamente entre sí plena legitimación, capacidad y adecuada representación para el presente acto,

EXPONEN

La Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa y la Diputación Provincial de Cáceres, tras la reunión de trabajo celebrada en el Ayuntamiento de Oleiros el día 8 de julio de 2025, manifiestan su acuerdo respecto a la constitución de una Agrupación Europea de Cooperación Territorial en los términos de la presente declaración.

1. La creación de una Agrupación Europea de Cooperación Territorial (AECT) tiene como objetivo facilitar y promover la cooperación territorial entre entidades de diferentes Estados miembros de la Unión Europea, con el fin de reforzar la cohesión e impulsar el desarrollo económico, social y territorial de las regiones implicadas.
2. La creación de una AECT permite:
 - 2.1. Promover la cohesión territorial, contribuyendo al desarrollo equilibrado de las regiones y reduciendo las disparidades económicas y sociales entre ellas
 - 2.2. Facilitar la cooperación como entidad jurídica única, simplificando la gestión de proyectos y la ejecución de actividades conjuntas, y haciendo más eficiente la cooperación;

- 2.3. Superar las barreras administrativas y legales que dificultan la cooperación transfronteriza, como las diferencias legislativas entre ambos países;
 - 2.4. Aprovechar las sinergias entre las entidades participantes combinando recursos, conocimientos y experiencia, lo que se traducirá en proyectos más ambiciosos y eficaces, en particular los financiados por la Unión Europea y orientados a la cooperación territorial.
3. Las NUT III Beira Baixa (Portugal) y Cáceres (España) constituyen un espacio eurorregional con una superficie de más de 25.000 km² y aproximadamente 500.000 habitantes, estratégicamente ubicada entre las dos principales áreas metropolitanas de la Península Ibérica (Madrid y Lisboa).
 4. Con el fin de establecer una eurozona regional más integrada y atractiva, la Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa y la Diputación Provincial de Cáceres acuerdan adoptar las medidas necesarias para establecer una Agrupación Europea de Cooperación Territorial, con los siguientes atributos:
 - 4.1. Marco Jurídico

La AECT se constituirá de conformidad con el Decreto-Ley n.º 376/2007, de 8 de noviembre, modificado por el Decreto-Ley n.º 60/2015, de 22 de abril, y con el Real Decreto n.º 23/2015, de 23 de enero, por el que se adoptan las medidas necesarias para garantizar la aplicación del Reglamento (CE) n.º 1082/2006 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 5 de julio, modificado por el Reglamento (UE) n.º 1302/2013 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 17 de diciembre de 2013.
 - 4.2. Nombre oficial

La AECT adoptará la siguiente denominación: Agrupación Europea de Cooperación Territorial **Cáceres-Beira Baixa** (AECT CCBB)
 - 4.3. Miembros y territorio

Miembros: Diputación Provincial de Cáceres y Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.
Ámbito territorial: NUT III Provincia de Cáceres (España) y Beira Baixa (Portugal).
 - 4.4. Objetivos
 - Fortalecer la cultura de la cooperación transfronteriza, facilitar y promover las relaciones entre los miembros de la AECT, con el fin de reforzar la cohesión económica, social e institucional de la Eurorregión, contribuyendo a la transformación de los territorios fronterizos en nuevos espacios de desarrollo más integrados y atractivos;
 - Esforzarse por mejorar la accesibilidad vial y ferroviaria, así como los servicios de transporte público que prestan servicio a la Eurorregión;

- Mejorar y promover la competitividad del tejido empresarial de la Eurorregión a través del conocimiento y la innovación;
- Promover la retención de población y la creación de sinergias para atraer nuevos residentes;
- Promover el territorio, el patrimonio cultural y natural, y potenciar los recursos endógenos mediante iniciativas conjuntas en mercados exteriores;
- Utilizar los instrumentos de apoyo al desarrollo regional, financiados por ambos Estados y la Unión Europea.

4.5. Áreas de cooperación

La AECT operará en áreas tradicionales de cooperación (medio ambiente, energía, protección civil, desarrollo económico, turismo y cultura), con especial atención y prioridad a las cuestiones de movilidad e infraestructuras (Autovía autonómica EX-A1 - IC31 - IC8) y al patrimonio natural compartido (la Reserva de la Biosfera Transfronteriza y el Parque Internacional Tejo-Tajo).

4.6. Sede, estructura organizativa, funcionamiento y financiación

Sede estatutaria: en Beira Baixa, en lugar a designar.

La AECT contará con un órgano deliberativo, un órgano ejecutivo único, un órgano de coordinación conjunto y un órgano de supervisión, en los términos que se establezcan en los Estatutos.

La AECT contará con una secretaría técnica y servicios, en los términos que se establezcan en los Estatutos y en su reglamento interno de organización y funcionamiento.

La financiación de la AECT será aportada solidariamente por sus miembros, concretamente mediante dotaciones, contribuciones y subvenciones, así como mediante cofinanciación nacional y europea, o procedente de otras fuentes.

5. Las partes acuerdan implementar el presente memorando de entendimiento con la posterior elaboración del convenio de cooperación, los estatutos complementarios y la posterior escritura de constitución, que serán sometidos a la deliberación de los órganos competentes.

El Presidente del Conselho Intermunicipal da Beira
Baixa,

El Presidente de la Diputación Provincial de Cáceres,

Fdo.: João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

Fdo.: Miguel Ángel Morales Sánchez

